

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.271 - PE (2019/0297247-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ADRIANO ALVES DE ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em benefício de ADRIANO ALVES DE ARAUJO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco no julgamento do HC n. 531399-5.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 29/5/2018, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, do Código Penal (roubo).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EVENTUAL EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL NÃO CONFIGURADO. HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, SEGUNDO O QUAL, A AFERIÇÃO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO NÃO SE EFETIVA DE FORMA MERAMENTE ARITMÉTICA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA CONSIDERANDO, ALÉM DA GRAVIDADE DA IMPUTAÇÃO, O HISTÓRICO CRIMINAL DO PACIENTE. PRECEDENTES DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME (fls. 47).

No presente *writ* o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo no encerramento do feito, salientando que o paciente está preso há mais de 1 anos, sem o encerramento da instrução do processual.

Atribui a delonga verificada aos adiamentos sucessivos da audiência de instrução em razão da ausência da vítima e das testemunhas de acusação. Aponta ofensa ao princípio da razoabilidade.

Superior Tribunal de Justiça

Alega, ainda, a ausência de fundamentação idônea para a prisão preventiva do paciente, ressaltando não estarem presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora e ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar as informações pertinentes. Os informes deverão ser prestados, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator